



Gazeta Mercantil – 24 Out 2003

PIB pode crescer 5% ao ano, diz Abimaq

Brasília, 24 de Outubro de 2003 - A indústria de máquinas e equipamentos aposta na retomada da economia, com crescimento nos próximos anos na casa dos 5% do Produto Interno Bruto (PIB), hoje em R\$ 1,34 trilhão. Tal ambição passa pela ampliação do parque. Segundo estimativas, as empresas precisariam investir algo em torno de 25% da soma das riquezas nacionais. No momento este percentual está estagnado em 18,5%. "Nossa proposta para alavancar os investimentos produtivos é evitar a incidência de tributos, ou através da alíquota zero, ou do crédito pelo adquirente final, na aquisição de bens de capital", disse Luiz Carlos Delben Leite, presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Este pressuposto aponta que a urgência na tomada de decisões está batendo na porta, disse Delben Leite, que participa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Executivo Federal. De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a ocupação da capacidade instalada está entre 85% e 95% em setores como petroquímica, química, têxtil, aço, papel e celulose, calçados e plástico. Trata-se de claro sinal de alerta de perigo para pressões inflacionárias e da balança comercial, via aumento de importações.

Outro problema sério, segundo a Abimaq, está na área de infra-estrutura, em que o setor elétrico desponta como um dos gargalos mais complicados. **A Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica estima que é necessário investir R\$ 15 bilhões ao ano no setor. Do contrário, haverá novo risco de racionamento, a partir de 2007, se o Brasil crescer nas taxas pretendidas pelo governo e a iniciativa privada.**

O potencial de incremento das vendas no mercado interno em 2004, aponta a Abimaq, é mais claro no agronegócio e nos setores de petróleo e gás, papel e celulose, além da siderurgia. A tendência é que usinas de aço, como a do Ceará e Maranhão, afinal sejam tiradas da gaveta. E os equipamentos podem ser fornecidos por empresas nacionais, seguindo o exemplo da Petrobras, na construção de plataformas. Enquanto esse horizonte ainda é um sonho dentro do "espetáculo do crescimento", em 2003 a fatia de lucro do setor de máquinas foi garantida via comércio exterior.

O setor calcula que fechará o ano com um aumento de 30% nas exportações. Pelos dados fechados de janeiro a agosto, os embarques para outros países equivalem a US\$ 3,05 bilhões. E nos últimos 12 meses, o valor acumulado deve chegar a US\$ 4,41 bilhões, seu melhor desempenho da história. Esse resultado livra o segmento de prejuízo certo, pois o mercado interno apresenta uma queda de 15% nas vendas. Desta forma, o faturamento nominal do período foi de cerca de R\$ 22,5 bilhões, uma variação positiva de 4,5% em relação aos primeiros nove meses de 2002. A partir de 2004, Delben Leite disse que é concreta a possibilidade de os negócios no País voltarem ao patamar de R\$ 34 bilhões, obtidos no ano passado.

Juros e tributos são entraves

A disposição de abrir novas frentes de negócios industriais é clara. O empresário Antonio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, em recente entrevista disse que nunca investiu tanto quanto agora. Entretanto, dois entraves são considerados graves pelos empresários: juros e carga de impostos elevados. No primeiro caso, há crença de que a condução da política macroeconômica do ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, está no caminho correto e propiciará novos cortes nas taxas.

Em relação à questão tributária, o debate é político e depende do Congresso. "A desoneração é pilar essencial para todo e qualquer investimento", afirmou Delben Leite.

Há também a tentativa do meio empresarial de manter a proposição votada na Câmara da cobrança de contribuições federais sobre importados, a chamada isonomia tributária. A apreciação desses artigos é confirmada para este ano pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). "É fundamental também que o crédito do ICMS ao comprador aconteça de forma imediata", disse o presidente da Abimaq. Pela prática atual, a operação é feita em 48 meses, o que anula a vantagem fiscal das empresas.

Os empresários também articulam uma forma de evitar o estouro da carga tributária, que fechou 2002 em 36% do PIB. Este ponto do projeto é considerado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) como a principal porta para o aumento de impostos. Unificado, o tributo teria apenas cinco alíquotas, sendo a máxima de 25%. Para evitar que os estados optem pelo teto, uma alteração no texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 41, aprovada pela Câmara, colocaria nas mãos do Senado a definição dos produtos a serem incluídos nessas cinco faixas do tributo.

(Gazeta Mercantil/Caderno A13)(Sérgio Prado)